

EDITORIAL

Dando continuidade às edições referentes ao ano de 2019, a Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) apresenta ao público seu segundo número do volume 22. Com um expressivo alcance em nível nacional, o presente número, preocupado com os temas que estimulam a abordagem interdisciplinar, traz contribuições de autores com formação nas mais distintas áreas do conhecimento e de diferentes regiões do Brasil. Para a presente edição, os artigos foram organizados em quatro grupos que congregam a proximidade temática dos trabalhos aceitos para publicação.

As questões agrárias compõem o primeiro conjunto de contribuições. Nesse grupo tem-se o artigo “Transformações antrópicas da paisagem agrícola com palma de óleo no Pará” (Arlete Silva Almeida e Ima Célia Guimarães Vieira), voltado para o estudo dos principais usos da terra e para o nível de antropização da paisagem em áreas de expansão do dendezeiro no leste do Pará. Na sequência, o trabalho “Efeitos da produção de mamona no Ceará sob a ótica dos agricultores familiares” (Venuzia de Castro Lins e Eliane Pinheiro de Sousa), aborda a geração de emprego nesse tipo de atividade sob a ótica dos agricultores familiares. “As iniciativas de desenvolvimento em comunidades agroextrativistas na Amazônia” (Alciene Oliveira Felizardo, Carla Giovana Souza Rocha), por sua vez, analisa o enfoque orientador de iniciativas de desenvolvimento e sua relação com o estilo de agricultura dos agroextrativistas na Amazônia, mais particularmente nas ilhas do Município de Abaetetuba (Pará).

Destacando notadamente questões e conflitos ambientais, o segundo grupo de artigos problematiza elementos que colocam em relevo as políticas e os impactos de atividades diversas em relação à natureza e à população em geral. “Cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica e conflitos ambientais territoriais em Santa Catarina” (Diego da Silva Grava, Luciano Félix Florit e Douglas Ladik Antunes), estuda comunidades que, por meio de suas práticas econômicas tradicionais em Santa Catarina, vivenciam diferentes conflitos ambientais, traduzidos pelos autores como situações de injustiça ambiental. O trabalho “A educação ambiental como política pública para gestão integrada dos recursos naturais: um estudo de caso do município de Paragominas no estado do Pará” (Fidelis Júnior Martins Paixão e Marilena Loureiro Silva), analisa, na sequência, a educação ambiental como política pública colocada em prática no Município de Paragominas (Estado do Pará) tendo em vista a gestão dos recursos naturais e como resposta às demandas diante de sérias questões socioambientais que havia em nível local.

O artigo “Alterar limites e categorias de áreas protegidas é necessariamente ruim? Um estudo de caso em duas unidades de conservação estaduais da Amazônia brasileira” (Sérgio Borges, Francisco Souza, Marcelo Moreira e Yara Camargo), por seu turno, problematiza, a partir de estudos de parques estaduais no Estado do Amazonas, a revisão de limites e categorias de unidades de conservação como uma possível estratégia para a resolução parcial de conflitos fundiários em unidades de conservação. Com uma preocupação semelhante, o artigo “O papel do licenciamento ambiental federal como ferramenta para gerir conflitos relacionados à biodiversidade aquática e pesca: o caso da UHE Belo Monte” (Ricardo Brasil Choueri e Elimar Pinheiro do Nascimento) discute a eficácia do Licenciamento Ambiental Federal (LAF) como

instrumento capaz de assegurar a gestão dos conflitos relacionados à biodiversidade aquática e pesca, utilizando-se, para a análise, o caso da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará.

O terceiro grupo de contribuições articula temáticas que têm como referência de estudo as cidades. Em “As vertentes das águas minerais: um conflito ambiental em Caxambu, MG” (João Pedro Moreira Costa, Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça e Lucas Magno), discutem-se significados diversos (culturais, políticos, sociais e econômicos) das águas na cidade de Caxambu (MG) e suas implicações nas disputas entre diferentes agentes locais (população, setores públicos e empresas privadas). Em “O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia” (Gustavo Rodrigo Milaré Montoia e Sandra Maria Fonseca da Costa) propõe-se uma antropogeografia das pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia, considerando as particularidades e a dimensão do lugar na relação cidade-rio e a tríade habitante-lugar-modo de vida. No artigo “Movimento dos Trabalhadores Desempregados em Campinas (SP): o caso da ocupação Joana D’Arc” (Jean Lucas Macedo Fernandes, Maria Vitória de Almeida e Bárbara Pereira Pedro), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) é analisado a partir de sua atuação em uma ocupação urbana, sinalizando para uma nova perspectiva da questão habitacional e do direito à moradia digna na cidade de Campinas (SP).

O último grupo de trabalhos traz o artigo “Memória do excesso: vivência do deslocamento compulsório pela Hidrelétrica de Tucuruí” (Jorge Augusto Santos das Mercês, Fábio Fonseca de Castro e Voyner Ravena Cañete). Nele são descritas narrativas mnemônicas de sujeitos que sofreram deslocamento compulsório durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí no Rio Tocantins (Pará) e se analisa a ausência da forma de vida nos lugares onde se formou o lago artificial da referida hidrelétrica. Buscando problematizar a questão do desenvolvimento humano, o último artigo, intitulado “Desenvolvimento humano e gastos militares: as prescrições dos RDH (PNUD/ONU)” (Maria José de Rezende), debruça-se sobre os Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano (RDH) publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas (ONU), para demonstrar a dificuldade do desenvolvimento humano em países onde os gastos militares se mostram superiores àqueles voltados para as demandas sociais de um modo geral.

Ao final do número tem-se a resenha do livro “Gestão de recursos hídricos em tempos de crise” escrito por Ricardo Motta Pinto-Coelho e Karl Havens e publicado pela editora Artmed, de Porto Alegre, em 2016. Os autores da resenha (Bárbara Oliveira de Moraes e Alexandre Ferreira Lopes) destacam na obra a preocupação com a água do planeta, assim como a proposição de melhores caminhos para a recuperação das águas doces, de forma a garantir a sua manutenção para as futuras gerações.

A diversidade de temas presentes no segundo número do volume 22 da Revista NCNAEA não deixa de conectar as diferentes contribuições em torno de eixos que articulam os elementos centrais da revista, com ênfase às questões urbano-regionais e ambientais, ao interesse pela temática do desenvolvimento e ao diálogo interdisciplinar dos estudos e pesquisas acadêmicas. Girando em torno desses elementos, os trabalhos que integram este número enriquecem o debate científico e sugerem, igualmente, novas questões para serem pensadas a partir de suas análises e proposições.

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Editor dos Novos Cadernos NAEA